

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/06/2014 a 30/06/2014

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

| | |
|---|----|
| “Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia”. Anna Beatriz Anjos – Site do MST. 03/06/2014 | 4 |
| Governo federal lança chamada pública para compra de 6,9 mil toneladas de alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2014..... | 9 |
| Modalidade do PAA serve de exemplo para países africanos e asiáticos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014..... | 10 |
| Prefeituras do Centro-Oeste conhecem Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014 | 12 |
| Compra de alimentos da agricultura familiar é debatida em Seminário Internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014..... | 13 |
| Índice da FAO aponta queda de preços de alimentos no mundo. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/06/2014 | 14 |
| Operação no Paraná apreende agrotóxicos ilegais – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2014..... | 15 |
| Mais nove municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/06/2014..... | 16 |
| Horta Orgânica garante segurança alimentar de família no Alto Sertão paraibano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2014 | 17 |
| Justiça libera uso de benzoato em Mato Grosso – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 16/06/2014 | 18 |
| Grupo Hospitalar Conceição abre chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/06/2014 | 18 |
| Desertificação exige muita competência. Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Opinião. 17/06/2014..... | 19 |
| Um quarto das terras da Índia está se transformando em deserto, diz ministro. Krishna N. Das e ShyamanthaAsokan – O Estado de São Paulo, Economia. 18/06/2014..... | 21 |
| PAA: MDS propõe metas e limites para sete estados – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2014 | 22 |
| Tereza Campello: fome no Brasil é um fenômeno isolado – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2014 | 22 |
| Desertificação do planeta se expande ao ritmo de 12 milhões de hectares por ano. Kanya D’Almeida – Site do MST. 24/06/2014 | 23 |

| | |
|---|----|
| Hortifrúti s rejeitados ganham mercado. Raphael Minder – Folha de São Paulo, Comida. 24/06/2014 | 26 |
| Estudo americano aponta relação entre autismo e agrotóxicos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/06/2014..... | 28 |
| Monsanto, a semente do diabo. Esther Vivas – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 25/06/2014 | 28 |
| Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é tema de encontro promovido pela FAO – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2014..... | 32 |
| Estudos apontam que agrotóxicos colocam em risco produção de alimentos. Fabiano Ávila – Site do MST. 30/06/2014..... | 33 |

“Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia”. Anna Beatriz Anjos – Site do MST. 03/06/2014

Não é novidade que o Brasil é um dos maiores exportadores agrícolas do mundo. De acordo com o Ministério da Agricultura, somos o país que mais produz e exporta café, açúcar, etanol e suco de laranja no planeta.

Esse cenário gera a ideia de que nossa alimentação vai muito bem, obrigada. Mas isso não é o que pensa Sérgio Sauer, sociólogo e professor da Universidade de Brasília (UnB). Para ele, embora produzamos e comercializemos alimentos em larga escala, o problema não está resolvido. “Essa discussão entre produção de alimentos e insegurança alimentar não passa só pela produção em si, mas pelo que se produz, como se produz e para quem se produz. Pensar em produção de alimento, portanto, não de grãos, significa pensar na produção da diversidade”, afirma.

Sauer, que também é relator de Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca Brasil, explica que a lógica do agronegócio dificulta a manutenção dessa diversidade. “O mercado, como regulador, vai sempre pensar pelo lado do que dá mais dinheiro”, pontua. “Os proprietários [das terras] não estão preocupados em diminuir metade da fazenda e cultivar alguma outra coisa.”

Em entrevista à Fórum, durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), o professor falou, entre outros assuntos, sobre a questão da reforma agrária no Brasil, que, para ele, “saiu do foco” durante o governo de Dilma Rousseff. Confira a seguir:

Segundo Sérgio Sauer, a perseguição a lideranças de movimentos sociais ligados à terra e ao território é uma das mais recorrentes violações de direito humano que testemunhou como relator da plataforma Dhesca.

Como relator de Direito Humano à Terra, ao Território e à Alimentação da Plataforma Dhesca, quais são as maiores violações de direitos humanos que tem constatado nos últimos anos?

Quando comecei na função, há 4 anos, as maiores violações, os ataques mais sistemáticos estavam muito ligados aos movimentos sociais agrários, como o MST [Movimento dos Trabalhadores Sem Terra] e todos os outros. Se mantêm ainda muitas dessas violações, algumas graves, como assassinatos de lideranças etc, mas mudou um pouco o enfoque. Olhando o Congresso, a bancada ruralista, a própria mídia, vemos que, agora, as maiores violações são aos direitos das comunidades quilombolas, indígenas. Claramente o foco está mais nas lutas de resistência dos territórios.

Do ponto de vista do tipo de violações, se mantêm muito fortemente as perseguições e ameaças, mas ganharam muita força também as violações que a gente chama de institucionais. O fato de o Estado ou governo não implementar ou não garantir certos direitos, como por exemplo, o direito ao território, gera uma série de outras violações, especificamente em relação aos povos indígenas. Acompanhei bastante, nos últimos dois anos, a situação lá no Mato Grosso do Sul, dos Guaranis e dos Kaiowás, e a não garantia do direito territorial gera uma série de outras violências que vão do direito à alimentação, que passa por problemas de saúde mental, passa por uma ampliação do alcoolismo, violência doméstica. Eles relatam isso.

Como a questão da reforma agrária se relaciona às crises ambiental e alimentar?

Como é que a noção de questão agrária surge na literatura? Primeiro com [Karl] Marx e depois, principalmente, com Kautsky [Karl Kautsky, teórico político alemão], que escreve o livro “A questão agrária”, cuja ideia central é: a terra é um impedimento ao desenvolvimento do capital, e aí a reforma agrária seria um mecanismo capitalista de diminuir ou amenizar esse bloqueio. Porque o centro da acumulação capitalista é o trabalho – sua exploração – e o capital. E isso marcou a esquerda, os grupos das teorias críticas, durante uns cem anos.

Mais recentemente, vários teóricos, inclusive alguns de esquerda, dizem que a terra não é mais um impedimento para o desenvolvimento do capital, porque há uma aliança entre o capital e terra, através do agronegócio. Então, se adquire a terra e, com os incentivos governamentais, como créditos etc, em vez de ela ser um impedimento – imobilizar o capital, como a gente chamaria na linguagem mais simples -, ele se dinamiza, porque a terra seria um ativo financeiro. Nessa perspectiva, a reforma agrária não teria mais uma função nem econômica, nem social, ou talvez só social, no sentido do combate à pobreza.

O que estou tentando dizer é que, primeiro, a gente precisa pensar a terra não só como ativo financeiro, não só como meio de produção, mas como base, inclusive material, para uma série de outros elementos, como por exemplo, todo o debate em torno do meio ambiente. Tendemos mentalmente a excluir a terra do meio ambiente, porque ela está ligada à produção.

Mas, mesmo pegando pela dimensão produtiva, você tem um link direto com o tema dos problemas ambientais, portanto, da crise. Por exemplo: a agricultura é uma das principais atividades humanas emissoras de gases do efeito estufa. Isso faz com que a terra volte a ter uma atualidade e que surja um discussão em torno do tema.

Como é que ela está sendo usada, como é que está sendo preservada – ou não? Com essa centralidade, retorna também o debate sobre a questão agrária. Eu inclusive comecei a utilizar a noção de função sócio-ambiental da terra, não apenas social, porque a dimensão ambiental tem que ser incorporada nessa discussão.

Mesmo que a gente não pegasse pelo tema ambiental, vamos abordar a necessidade de produzir alimentos, de alimentar a população mundial, independente se é problema só de produção, se é problema de produção e distribuição etc. Essa necessidade de produção, também traz de volta a centralidade da terra – como se produz alimento sem terra?. Claro, não é o único fator, obviamente, tem as sementes, tem o trabalho, tem os investimentos, mas a gente tende a tirar da equação a terra, e aí eu digo, se a gente realmente pensa de uma forma mais abrangente, ela volta a ser, no mínimo, parte da equação.

O Brasil importa alguns alimentos básicos, como feijão, trigo e leite. Na sua opinião, é necessário que se aumente a nossa produção agrícola, por meio de mais investimentos no agronegócio, para que sejamos autossuficientes na questão da alimentação? O que precisa ser feito para que o país pare de importar?

Esse ufanismo de que o Brasil é o celeiro do mundo é uma falácia. Claro, nós produzimos muito, e nesse sentido o Brasil tem, entre aspas, uma vocação agrícola. Mas o que vem acontecendo no país já nos últimos 30 anos é que não se produz alimento, se produz grãos. Por que que façamos essa distinção entre alimentos e grãos?

Porque, por exemplo, não consumimos só soja. Pensar em alimentação é pensar na diversidade, mesmo que seja no modelo da revolução verde. Tem todo um discurso nessa história, de que precisamos produzir mais alimentos, nos aperfeiçoar tecnologicamente, investir em mais adubo, mais sementes selecionadas, mais sementes transgênicas. O discurso de defesa da mudança do Código Florestal, por exemplo, era de que precisamos de mais terra para produzir alimentos e alimentar o mundo. Mas não é bem assim.

A bancada ruralista e o agronegócio dizem que estão produzindo, exportando, gerando riqueza, mas estamos produzindo dois ou três produtos. O Brasil, apesar de exportar uma parte significativa do que produz, não produz o suficiente para a sua própria população. Essa discussão entre produção de alimentos e insegurança alimentar não passa só pela produção em si, mas pelo que se produz, como se produz e para quem se produz. Pensar em produção de alimento, portanto não de grãos, significa pensar na produção da diversidade, e não necessariamente significa aumentar a quantidade de produção.

No caso do feijão, o Brasil era produtor autossuficiente – inclusive, nós exportávamos. Mas a lógica passa pelo preço, e no mercado internacional, a demanda pela soja, e também os seus preços, estão mais elevados. Portanto, estão substituindo os cultivos. Por exemplo, o pequeno agricultor do centro-oeste, onde se produzia feijão, não consegue mais cultivar o alimento, porque a soja levou para a região uma lagarta branca, que não faz mal a ela, mas ataca o feijão.

A questão chave não é que precisamos de mais terras. Quando esse argumento é utilizado pelo setor patronal, ele sempre está pensado na floresta, nos biomas, nas áreas de preservação, quando, na verdade, o sistema do agronegócio já incorporou uma área tão grande, que a gente poderia, só em termos produtivistas, dobrar a produção ou mais sem avançar sobre o cerrado, sobre a Mata Atlântica, sobre a Amazônia.

Como é possível aumentar a produção sem precisar de mais terras?

Uma das questões chaves seria a reforma agrária. Estamos falando de imensas fazendas, de 70, 100 mil hectares de terra, que serão utilizados para aquela atividade que dá mais dinheiro. Os proprietários não estão preocupados em diminuir metade da fazenda e cultivar alguma outra coisa. As questões da redistribuição da terra e, obviamente, de repensar o modelo são chave. Agora, para isso, você precisa de políticas públicas, mas o mercado, como regulador, vai sempre pensar pelo lado do que dá mais dinheiro.

Por exemplo, tinha uma política ambientalista que defendia a expansão da cana de açúcar para áreas degradadas. Mas é mais caro você recuperar uma pastagem degradada, em termos de correção do solo, do que derrubar uma mata nova e aproveitar a fertilidade natural do solo. Então, você precisa criar mecanismos legais, mecanismos restritivos, mas também de incentivos, no sentido positivo, para que haja vontade de se fazer isso.

O Pronaf [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], principal política de apoio à agricultura familiar no Brasil, financia o clássico. Se o agricultor familiar chegar no Banco do Brasil e pedir um financiamento para produção orgânica, ele não consegue. Mas se ele pedir para plantações de soja, milho, consegue o recurso. Precisamos repensar as próprias políticas para a agricultura familiar, que têm as suas vantagens – não estou simplesmente fazendo “terra arrasada” das políticas públicas. É preciso repensar um pouco essa lógica, se a gente quer realmente caminhar na direção da sustentabilidade.

A agricultura familiar e a agroecologia podem ser o modelo agrícola do Brasil no futuro? Elas dariam conta tanto das demandas internas e externas?

Esse é um debate que tem uma dimensão política muito forte. Eu diria que esse é o caminho, mas isso é uma posição política, não é consensual. Sou da linha de que a agricultura familiar, justamente por ter acesso a menos recursos produtivos, tende a aproveitar melhor esses recursos. Se isso é verdade, então o resultado é sempre mais produtivo, mesmo que seja menos produção. Os defensores do agronegócio vão dizer o contrário, que seria necessário continuar exportando para equilibrar a balança comercial.

Do ponto de vista da agroecologia, um dos grandes desafios que está colocado é como a gente amplia, massifica experiências locais, faz com que ganhem dimensão regional, nacional, no sentido, inclusive, de produzir em quantidade? Acho que são desafios, mas eu diria que elas são viáveis e que seriam um caminho mais seguro na direção de um modelo de produção agropecuária mais sustentável a médio e longo prazo.

Durante o III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), praticamente todos os movimentos sociais ligados à terra reivindicaram que o governo de Dilma Rousseff recuou muito em relação à reforma agrária. Você concorda? Por que isso ocorreu?

Sou bastante crítico ao governo Dilma. Ele reproduz o que foram os governos do Fernando Henrique e do Lula: começa com um fôlego maior, especialmente em algumas áreas que nós defendemos, e vai perdendo esse fôlego. Muito claramente, toda a temática da reforma agrária, do fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e produção sustentável saiu do foco, por uma combinação de fatores. Um deles foi, inclusive, uma certa perda da capacidade de mobilização dos movimentos sociais do campo.

O ENA ainda reúne 2 mil pessoas, o Congresso do MST reuniu 5, 7 mil, mas transformar esses encontros em processos de mobilização e pressão é algo que vem caindo sistematicamente nesses últimos anos. Além disso, é uma opção política que já fizeram os governos anteriores – que o Lula fortaleceu e que a Dilma continuou – de apostar no agronegócio. Ele nunca teve uma pujança tão grande como agora, porque tem recursos, incentivos, isenção de impostos para exportação etc. Isso tudo associado a uma demanda internacional dos produtos que eles produzem, dessas commodities agrícolas e não agrícolas.

Ao mesmo tempo, os desafios se tornam mais complexos. Paralelo ao problema do não avanço da reforma agrária, você tem os assentamentos que já existem e precisam criar mecanismos de sobrevivência. Alguns estão endividados, outros estão cercados por várias experiências de agroindústria, e isso toma a energia das lideranças. Então, se tem

um caldo bastante complexo que envolve um aumento das demandas internas, uma dificuldade de mobilização social e uma opção de governo, que é um governo amigo, mas que não implementa as bandeiras desses movimentos.

Qual o balanço que você faz da atuação do Incra (Instituto de Colonização e Reforma Agrária) nos últimos anos?

O que acabou acontecendo é que o Incra e o MDA [Ministério do Desenvolvimento Agrário] vinham num processo de isolamento, de perda de espaço político no governo, e eles foram mudando institucionalmente, fazendo opções políticas justamente no sentido de buscar nichos que não eram os clássicos, como, por exemplo, ampliar os assentamentos, lutar por recursos para novas áreas. E foram fazendo opções de implementar políticas que são menos conflituosas, aí perderam sua característica histórica.

É impressionante, você não vê ninguém criticar o Incra, não tem embates. Exemplo mais claro: em vez de fazer novos assentamentos, [eles dizem que] nós precisamos consolidar aqueles que já existem, colocando os técnicos para criar políticas de assistência técnica. Elas são importantes também, mas se direciona sua pouca força para isso.

Outro exemplo claro foi quando, já no final no governo Lula – e isso depois foi fortalecido no Governo Dilma -, se fez a opção pela regularização fundiária através do Terra Legal. Você tira uma quantidade imensa de funcionários do Incra, que passaram a tentar implementar um programa que é importante, mas, de novo, tira a sua força.

Se vê claramente que essas opções políticas e institucionais tentaram ser eficientes em implementar algumas políticas que não aquelas estruturantes, e isso fez com que o órgão, e também o Ministério do Desenvolvimento Agrário, fosse perdendo sua capacidade, inclusive, de se colocar internamente no governo, de dizer “espera aí, tem também o nosso Ministério, precisamos de mais recursos porque temos X assentados.” Chegaram a assumir o discurso de que não tem mais luta pela terra, de que não tem mais acampados, e, portanto, não precisa fazer novos assentamentos.

Mudando um pouco de assunto e falando do reconhecimento dos territórios dos povos tradicionais: quais são os maiores entraves para esse processo? Concorda com a reivindicação dessas comunidades, de que é um processo extremamente autoritário?

Acho que o primeiro grande o problema – e isso o setor patronal e o setor do governo entenderam muito bem – é que quando você reconhece um território indígena, tira esse território do mercado de terras ou de futuras possibilidades de investimento ali. É um embate por reserva de valor.

Por isso, há uma resistência e pressão muito forte desses setores de não reconhecer mais nada. Associado a isso, o governo Dilma, especialmente, assumindo um discurso muito burocrático e pragmático, também defende que primeiro é preciso resolver o problema daqueles territórios já conquistados, porque não tem saúde, não tem educação. Isso é verdade, mas as coisas não são descoladas, você não consegue avançar sobre o tema da educação no campo se você não tem famílias sendo assentadas.

Eu diria que, no que se refere aos territórios de povos e de comunidades tradicionais, a chave acho está nessas duas coisas: primeiro, uma pressão para que não se reconheça porque, futuramente, poderão ser terras pra investimento, para reversa de valor etc; segundo, um governo que não vê essas políticas como capazes de mudar a realidade brasileira.

Um terceiro elemento é uma opção do governo, de que é necessário criar infraestrutura, portanto, direcionar investimentos governamentais para desenvolver o Brasil, para fazer crescer – nessa esteira vem o PAC. E aí o governo é realmente autoritário em todos os sentidos.

Por exemplo: você vai construir uma estrada, mas tem lá 100 famílias. Negociar com essas 100 famílias dá trabalho, e o Estado brasileiro tem uma história de autoritarismo, então é muito mais fácil dizer: “vai passar por aqui, você assina o decreto e pronto, depois a gente resolve os problemas”. A nossa prática estatal extremamente autoritária se revela nessas horas.

Historicamente, também se utilizou o discurso da necessidade de preservação. Lembro muito bem quando o governo Fernando Henrique instituiu no Conama [Conselho Nacional do Meio Ambiente] que o assentamento de reforma agrária, para ser legalizado, precisava do licenciamento ambiental. Tinha toda uma argumentação da sustentabilidade, de preservar o meio ambiente. Também essa narrativa funciona muito bem para fazer o bloqueio, e isso é muito forte nos últimos anos.

A criminalização [das comunidades tradicionais] via fiscalização é muito forte, seja pela questão ambiental, seja pela questão do uso dos recursos públicos, e isso tem dificultado muito a mobilização dos movimentos, porque qualquer acesso a recurso público a que o pessoal tem direito, o Estado autoritariamente faz aquele pente fino. Não é que a gente seja contra a fiscalização, mas você usa dois pesos e duas medidas, você aplica a lei de uma forma muito mais dura, muito mais rígida, para um dos lados.

Há uma forma de conciliar a preservação ambiental, com a criação de unidades de conservação, ao respeito ao direito das comunidades tradicionais? Parece que são duas coisas que conflitam, mas elas realmente são antagônicas?

O Brasil é um bom exemplo de uma excelente legislação. Por que quando você fala de unidades de conservação, o sistema nacional tem umas 10 ou mais modalidades, que vão das mais rígidas, como as unidades de conservação integral, às reservas extrativistas, às reservas de desenvolvimento sustentável, que são figuras jurídicas e formas de ocupação da terra que pressupõem justamente essa relação entre convívio humano e preservação. Então, do ponto de vista legal, a gente teria os mecanismos, mas, na prática, as coisas são mais complexas.

Governo federal lança chamada pública para compra de 6,9 mil toneladas de alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 03/06/2014

Organizações da agricultura familiar podem apresentar as propostas de venda no período de 9 a 18 de junho

Brasília, 3 – O governo federal lançou a primeira chamada pública do ano para a aquisição de 6,9 mil toneladas de alimentos. Os produtos serão adquiridos na modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A iniciativa é do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), e prevê investimentos de aproximadamente R\$ 16 milhões.

Podem participar da chamada agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais organizados em cooperativas e associações. As propostas de venda devem ser apresentadas no período de 9 a 18 de junho nas superintendências regionais da Conab. Os proponentes podem optar pela venda para a quantidade total ou parcial do produto.

Segundo o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, “estes editais são de grande importância, pois, por meio de uma única ação, os recursos públicos aplicados fortalecem a agricultura familiar e promovem a segurança alimentar e nutricional”.

O objetivo da chamada é a compra de produtos para compor as cestas de alimentos que serão distribuídas às famílias em insegurança alimentar e a grupos populacionais específicos, como famílias acampadas, comunidades de terreiros, pescadores artesanais, quilombolas, atingidos por barragens e índios.

Serão adquiridos sete produtos, entre eles o arroz orgânico e/ou agroecológico (4,2 mil toneladas), alimento de maior qualidade. Ao comprar esse produto, o governo quer estimular a produção agroecológica e garantir que a população atendida tenha acesso a alimentos mais saudáveis.

Os outros produtos são feijão (1,3 mil toneladas), fubá de milho (193 toneladas), flocos de milho (224 toneladas), farinha de mandioca (837 toneladas), macarrão (193 toneladas) e farinha de trigo (84 toneladas).

Modalidade do PAA serve de exemplo para países africanos e asiáticos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014

Seminário internacional apresenta modalidade Compra Institucional e como ela promove o desenvolvimento local. Evento será transmitido em tempo real pela internet

Brasília, 4 – Mais um programa brasileiro é exemplo para que os países mais pobres possam promover o desenvolvimento e combater a pobreza. Nesta quarta-feira (4), em Porto Alegre, representantes dos governos da Etiópia, Gâmbia, Moçambique e Paquistão participam do Seminário Internacional Compra Institucional + Desenvolvimento Local. Eles vão conhecer a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Criada em 2012, a modalidade Compra Institucional promove o abastecimento de entidades que estão sob a responsabilidade de governos estaduais, prefeituras e órgãos federais da administração direta e indireta (hospitais, quartéis, presídios, restaurantes

universitários, refeitórios de creches e escolas, entre outros) com recursos financeiros próprios, de forma mais simplificada.

Até o momento, já foram aplicados R\$ 33,7 milhões para adquirir produtos da agricultura familiar local, garantindo a qualidade. São produtos mais frescos e saudáveis e o recurso pago para abastecer estas entidades com alimentos fica no próprio município ou estado, gerando renda para os agricultores familiares, que por sua vez irão gastar no comércio local, alimentando um círculo virtuoso.

Programa de Aquisição de Alimentos Compra Institucional - 2012 a 2014

| Executor | | Atendimento | Valor Contratado |
|-------------------------------------|---|---|----------------------|
| MDS | Cestas Alimentares | Indígenas, Acampados, Quilombolas, Comunidades de Terreiro, Atingidos por barragem, pescadores artesanais e situações de calamidade pública | 2.174.451,40 |
| | Brasil Orgânico e Sustentável | Voluntários da Copa - 20 mil kits | 1.055.420,00 |
| MEC | UFSM (RS) | Alunos/Restaurante Universitário | 85.000,00 |
| | UFPR (PR) | Alunos/Restaurante Universitário | 894.750,00 |
| | UFV (MG) | Alunos/Restaurante Universitário | 6.876,80 |
| MS | Grupo Hospitalar Conceição - GHC | Atendimento de 4 hospitais | 524.728,86 |
| Governo do Rio Grande do Sul | Superintendência dos Serviços Penitenciários - SUSEPE | Atendimento de 6 presídios | 521.536,80 |
| | Grupo Hospitalar Conceição - GHC | Pacientes do SUS | 544.752,00 |
| | Universidade Federal de Santa Maria - UFSM | Alunos/Restaurante Universitário | 224.000,00 |
| | Fundação de assistência Universitária - FAU/UFPEL | Alunos/Restaurante Universitário | 375.981,00 |
| | Fundação Hospitalar Santa Terezinha de Erechim - FHSTE (Hospital Municipal) | Pacientes do SUS | 272.062,00 |
| Governo de São Paulo | UNESP | Restaurante Universitário e Centro de Convivência Infantil | 3.114,60 |
| | Secretaria da Saúde | | 200.365,00 |
| | Secretaria de Administração Penitenciária - SAP | | 1.716.901,00 |
| Governo do Distrito Federal | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF | Leite e derivados para atendimento de programas sociassistenciais da SEDEST/DF | 8.442.318,24 |
| | Banco de Brasília | Leite e manteiga, para atendimento da demanda das unidades da direção geral do BrB | 114.515,70 |
| | Secretaria de Estado de Educação do DF - SEDF | Kits lanches prontos para fornecimento a alunos do Programa DF Alfabetizado | 2.213.520,00 |
| | Fundação Jardim Zoológico de Brasília - FJZB | Kits lanches | 12.880,00 |
| | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF | Cestas verdes orgânicas, compostas por frutas, verduras e legumes | 1.936.767,08 |
| | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF | Produtos lácteos | 13.126.695,84 |
| | Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda - SEDEST/DF | Frutas, verduras e legumes (orgânicos) | 123.306,46 |
| Prefeitura de Viçosa (AL) | Secretarias Municipais de Saúde, Assistência Social e SMTDS | Atendimento SAMU, PETI, IGD, CRAS, Guarda Municipal, Grupo da 3ª idade | 221.380,46 |
| Total aplicado na modalidade | | | 33.735.903,24 |

Segurança alimentar e nutricional – As experiências brasileiras de compras governamentais da agricultura familiar têm servido de referência no cenário internacional, em dezenas de países. Na África, por exemplo, o PAA já está presente em cinco países – Etiópia, Níger, Moçambique, Malauí e Senegal – por meio da iniciativa PAA África, uma parceria que envolve o governo brasileiro (Ministério das Relações Exteriores e MDS) e organizações internacionais, como o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Departamento Britânico para o

Desenvolvimento Internacional (DFID) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO).

A parceria foi firmada com a finalidade de fortalecer o papel do Brasil e seu impacto em iniciativas de cooperação sul-sul em apoio à criação e à implementação de programas de desenvolvimento social para reduzir a pobreza e a fome em países de baixa renda da África. O projeto responde à crescente demanda por parte de países de baixa renda em aprender e se beneficiar da experiência e conhecimento acumulado do governo brasileiro.

“Os programas sociais nacionais, desenvolvidos e implementados pelos próprios governos dos países, melhoram as condições de vida da população ao criar soluções sustentáveis para a pobreza, a desigualdade de gênero, a inclusão social e econômica, a saúde, a educação e a insegurança alimentar”, explica Daniel Balaban, diretor do Centro de Excelência.

O exemplo brasileiro fomenta o desenvolvimento dos outros países. “Com esta parceria, Reino Unido e Brasil vão trabalhar em conjunto com outros países para compartilhar conhecimentos, desenvolver capacidades institucionais e promover a realização e expansão de ações que beneficiarão as populações mais vulneráveis”, afirma IndranilChakrabarti, chefe do DFID no Brasil.

Ano Internacional da Agricultura Familiar – Instituído pela Organização das Nações Unidas, o mundo celebra em 2014 o Ano Internacional da Agricultura Familiar. “A iniciativa aponta para o destaque que a agricultura familiar vem conquistando na produção de alimentos, na erradicação da fome e da pobreza, na promoção da segurança alimentar e nutricional, na gestão dos recursos naturais e na dinamização das economias locais”, explica o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos.

Prefeituras do Centro-Oeste conhecem Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014

Sistema articula a integração entre governos e sociedade civil para garantir o direito à alimentação adequada. Encontro termina nesta sexta-feira (6), em Campo Grande (MS)

Brasília, 4 – A Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) promove, nesta quinta (5) e sexta-feira (6), em Campo Grande (MS), encontro com o objetivo de apresentar e fortalecer o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan) nos municípios do Centro-Oeste. A coordenadora geral de Gestão e Implantação do Sisan do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Patrícia Gentil, participa do evento, que reúne representantes da sociedade civil e dos governos estaduais e municipais.

A oficina também tem a finalidade de incentivar a adesão de mais municípios ao Sisan. Atualmente, os 26 estados, o Distrito Federal e mais 34 municípios integram o sistema. O Sisan coordena as ações em segurança alimentar e nutricional e articula a integração entre os entes federados e a sociedade civil para garantir o direito à alimentação

adequada. A partir da adesão, estados e municípios podem formular e implementar as políticas de forma mais integrada, além de acompanhar, monitorar e avaliar a alimentação e nutrição local e os impactos dos programas na população.

Compra de alimentos da agricultura familiar é debatida em Seminário Internacional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 04/06/2014

Delegações da Etiópia, Gâmbia, Moçambique e Paquistão debatem modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos

Brasília, 4 – Representantes dos governos da Etiópia, Gâmbia, Moçambique e Paquistão conheceram e debateram nesta quarta-feira (4), em Porto Alegre, a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Criada em 2012, a modalidade permite aos órgãos dos governos federal, estaduais e municipais a compra direta de alimentos de organizações da agricultura familiar para abastecer hospitais, escolas, presídios, restaurantes universitários e outras instituições.

Para os participantes, o Seminário Internacional Compra Institucional + Desenvolvimento Local serviu como oportunidade para tirar dúvidas sobre o programa que oferece aos agricultores a garantia de venda de sua produção. Entre os principais interesses das delegações estrangeiras estavam a forma de organização entre o Estado e as organizações de agricultores e os marcos legais que permitem que os produtores consigam vender alimentos sem muitos entraves burocráticos e, assim, dinamizar o setor no Brasil.

O secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Arnaldo de Campos, explicou que “o sucesso do programa é resultado de uma ampla articulação entre governo e agricultores familiares, e que só foi possível graças ao conjunto de políticas públicas no qual está inserido.” Campos também anunciou que em breve o governo federal lançará outra modalidade do PAA, o PAA Sementes, que permitirá a descentralização da distribuição de sementes para a agricultura, concentrada nas mãos de poucas empresas.

Para a representante do Centro de Excelência contra a Fome, do Programa Mundial de Alimentos (PMA), Isabelle Mballo, “o programa brasileiro é uma grande oportunidade para engajar os países mais pobres na luta para acabar com a fome no mundo, principalmente os países que saíram recentemente de guerras.”

O seminário também abriu espaço para que os países visitantes pudessem apresentar suas experiências. O representante do Paquistão, Riswan Malik, explicou que “um dos grandes desafios [do seu país] será construir uma ampla cadeia de comunicação e de ações integradas entre agricultores familiares e governos estaduais e municipais, a exemplo do bem sucedido modelo brasileiro.” No Paquistão, segundo Malik, 30% da população vivem em situação de extrema pobreza, abaixo da linha de US\$ 1,25.

Ao traçar o panorama da agricultura familiar na América Latina, o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, afirmou que, a partir da bem sucedida experiência

brasileira, já foi possível incentivar a agricultura familiar em cinco países da África e mais de 10 países na América Latina e Caribe. De acordo com Bojanic, no Brasil o índice de pessoas que vivem em insegurança alimentar é de menos de 5%. “Ainda neste ano a FAO lançará um relatório com a situação dos países latino-americanos em termos de segurança alimentar e nutricional, e um dos destaques será o progresso do Brasil neste setor e o exemplo que está dado a outros países”, destacou.

Índice da FAO aponta queda de preços de alimentos no mundo. Fernanda Pressinott – Valor Econômico, Agronegócios. 06/06/2014

As desvalorizações de lácteos, cereais e óleos vegetais foram determinantes para um novo recuo na "inflação dos alimentos" no mundo em maio. Pelo segundo mês consecutivo, o índice de preços globais de alimentos da FAO, o braço das Nações Unidas para agricultura e alimentação, caiu em relação ao mês anterior. A retração foi de 1,2%, ou 2,5 pontos, para 207,8 pontos. Em relação ao mesmo mês de 2013, a queda foi ainda mais acentuada - de 3,2%.

O indicador específico do segmento de cereais ficou em 204,4 pontos em maio, com um forte recuo de 30 pontos, ou 13%, sobre o mesmo mês do ano passado. Em relação a abril, a queda foi de 2,4 pontos, ou 1,2%. O resultado refletiu a retração das cotações internacionais do milho, que sofrem a pressão da estimativa de mais uma colheita robusta nos EUA.

O Sistema de Informação sobre Mercados Agrícolas (Amis, na sigla em inglês), iniciativa do G-20 organizada pela FAO e gerido por dez organizações internacionais, confirmou ontem essa expectativa e elevou em 21 milhões de toneladas, ou 2,17%, sua previsão para a colheita global do cereal na safra 2014/15 na comparação com a estimativa divulgada em maio.

Em linha com o que ocorre com o milho, a previsão de uma abundante oferta de soja no mundo também influenciou o arrefecimento da inflação dos alimentos em maio. Se essa tendência de grande oferta de grãos nos EUA se confirmar, as cotações globais de commodities como soja, milho e trigo tendem a aprofundar a tendência de queda que já começou a dar o tom nesses mercados. A Amis também elevou em 2 milhões de toneladas sua previsão para a colheita global de soja em 2014/15, para 283 milhões de toneladas.

O sistema de informação da FAO revisou também para cima os números de produção global de trigo em 2014/15. A estimativa divulgada ontem foi de colheita de 703 milhões de toneladas, ante as 702 milhões estimadas no relatório do começo de maio. Se confirmada, a produção do cereal será 1,67% inferior a de 2013/14. Também foi ampliada, em 2 milhões de toneladas (0,39%), a estimativa para a produção mundial de arroz em 2014/15, para 503 milhões de toneladas. O volume será apenas 1,2% superior à colheita do ciclo 2013/14. O número do Amis é superior a previsão do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA).

O elevado nível de esmagamento de soja, ao lado de uma grande produção de palma no Sudeste Asiático, pressionou os preços dos óleos e, por consequência, o índice de óleos

vegetais medido pela FAO caiu 3,7 pontos (1,8%) em maio na comparação mensal e 1 ponto (0,5%) na variação anual.

A desaceleração dos preços globais no mês passado também teve o peso da queda no indicador de lácteos, que recuou 12 pontos (5%) no mês e 14,6 pontos (5,8%) na comparação anual. Já o índice para carnes se manteve praticamente estável ante abril em 189,1 pontos, mas subiu 5% na comparação com maio do ano passado.

O único índice que registrou elevações em maio foi o de açúcar - 9,3 pontos (3,7%) ante abril e 9,2 pontos (3,7%) na comparação com o mesmo mês de 2013, para 259,2 pontos. Uma possível escassez da commodity no próximo ciclo, aliada aos prováveis efeitos negativos do fenômeno El Niño sobre a produção contribuíram para essa valorização.

Operação no Paraná apreende agrotóxicos ilegais – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 10/06/2014

Esta foi a maior quantidade de agrotóxicos irregulares encontrada na região em relação às últimas fiscalizações

Com o objetivo de fiscalizar de forma integrada a recepção, o depósito e o uso de agrotóxicos ilegais (contrabandeados), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) por meio da Superintendência Federal de Agricultura no Paraná (SFA/PR), juntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar), o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), e a Polícia Ambiental do Paraná (Força Verde), intensificaram os trabalhos em propriedades rurais das regiões oeste e sudoeste do Paraná.

No total, foram mobilizadas 12 equipes e a operação resultou na fiscalização de 252 propriedades rurais em 30 municípios e autuação de 24 produtores rurais por uso ou depósito de agrotóxicos ilegais. Ao todo foram aplicadas multas que totalizaram R\$ 502 mil. Além das apreensões de produtos, foram lavradas ainda três prisões em flagrante.

Durante a operação, que foi realizada no início deste mês, foram apreendidos 380 quilos de agrotóxicos ilegais, totalizando um volume de 172 embalagens cheias e 45 vazias. A quantidade de agrotóxicos ilegais encontrados nas propriedades rurais foi maior, se comparada às operações anteriores realizadas no Paraná. O número é alarmante, já que, praticamente 10% das propriedades fiscalizadas possuíam produtos ilegais.

Segundo o superintendente Federal de Agricultura no Paraná, Gil Bueno de Magalhães, os agrotóxicos ilegais, ou seja, sem registro, contrabandeados e falsificados, não possuem registro no Mapa e não atendem às exigências dos órgãos responsáveis. “Esses produtos não estão conforme as diretrizes e exigências do Mapa, do Ibama, da Anvisa, e dos órgãos estaduais de defesa agropecuária. Por isto, representam prejuízos ao agricultor pela baixa eficácia, além de causar danos ao meio ambiente, à saúde do aplicador e do consumidor”, explicou.

Magalhães afirmou ainda que a produção com boas técnicas agrícolas e o emprego de insumos idôneos e de qualidade são pré-requisitos para obtenção de alimentos seguros para o mercado nacional e internacional. “Desta forma, o combate aos agrotóxicos

ilegais contribui para a segurança alimentar por meio da produção e obtenção de alimentos saudáveis, com qualidade ambiental e tecnológica”, disse.

O fiscal Federal Agropecuário do Serviço de Fiscalização de Insumos Agrícolas (SEFIA) da SFA no Paraná, Marcelo Bressan, explicou que, além das multas, os processos e as ocorrências policiais instaurados contra os agricultores serão encaminhados ao Ministério Público, que poderá oferecer denúncia à Justiça por crime ambiental, de acordo com a Lei 9.605/98. Ele informou, ainda, que a pena prevista para este tipo de crime é de um a quatro anos de reclusão e que todo produto apreendido será encaminhado para incineração em local adequado e licenciado para este tipo de produto químico.

Mais nove municípios aderem ao Programa de Aquisição de Alimentos – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 11/06/2014

Agora são 584 municípios e 23 estados aptos a operar o novo modelo do programa. Adesão permite execução mais ágil e simplificada das ações

Brasília, 11 – Mais nove prefeituras de quatro estados firmaram compromisso para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da modalidade de Compra com Doação Simultânea. O programa é coordenado pelo Ministério do Social e Combate à Fome (MDS).

Os termos de adesão das prefeituras foram publicados nesta quarta-feira (11), no Diário Oficial da União. Com as novas adesões, 584 municípios e 23 estados estão aptos a operar o novo modelo do programa.

Na modalidade de Compra com Doação Simultânea, os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos). Desde junho de 2013, quando o governo passou a fazer os pagamentos diretamente aos agricultores que participam do novo modelo, o PAA já repassou R\$ 81,7 milhões às famílias.

“O pagamento é feito diretamente aos agricultores familiares, por meio de cartão bancário, e não há a necessidade de repasse de recursos para estados e municípios. Isso facilita o gerenciamento do programa, entre outros avanços na execução”, ressalta o coordenador geral do MDS, Fernando Brutto.

Próximo passo – As prefeituras que aderiram ao novo modelo devem elaborar um plano operacional com propostas de participação no programa. O documento apresenta metas relacionadas ao número de fornecedores e de entidades a serem atendidas.

São definidos também os parâmetros de execução, como o percentual de agricultores familiares em situação de pobreza a venderem a produção, o de mulheres agricultoras e o de produtos orgânicos ou agroecológicos a serem adquiridos.

Os termos de adesão substituem os convênios – formato anterior de operação do PAA – e permitem que estados e municípios executem as ações de maneira mais simples e ágil.

Além disso, o acompanhamento e o monitoramento das ações são realizados por meio de um sistema informatizado, alimentado pelos gestores locais.

Horta Orgânica garante segurança alimentar de família no Alto Sertão paraibano – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). 12/06/2014

Em meio à vegetação típica da Caatinga, Marlene Lopes dos Santos, 43, e Genival Lopes dos Santos, 44, cultivam alface, cebolinha, coentro e pimenta de cheiro no quintal da casa, no assentamento Floresta, no município paraibano de Sousa. A família iniciou há pouco mais de dois meses uma horta orgânica e já planeja ampliar as variedades produzidas. Localizado no Alto Sertão paraibano, a cerca de 430 quilômetros de João Pessoa, o assentamento foi criado em 2013 a partir da desapropriação do imóvel de mesmo nome, com área aproximada de 593 hectares, onde foram assentadas 13 famílias de trabalhadores rurais.

Genival conta que aproveitou a experiência adquirida quando trabalhava em uma horta comercial de grande escala e usou equipamentos para irrigação que foram dispensados pelo seu antigo patrão para iniciar a horta familiar.

Atualmente, a produção de hortaliças, além de garantir a segurança alimentar da família de Genival e Marlene, contribui com o orçamento familiar. Marlene conta que viveu 23 anos na mesma localidade, mas era obrigada a repassar metade do que produzia para o dono da terra. Agora, se sente motivada, pois tudo que produz é para a família. O casal tem duas filhas, que também ajudam no cuidado com a horta.

Genival explica que boa parte da produção é vendida em um supermercado do vizinho município de Aparecida; outra parte é vendida de porta em porta nas comunidades da vizinhança. “Com essa renda extra, estamos melhorando a nossa qualidade de vida”, afirma o agricultor.

O engenheiro agrônomo Anderson Barbosa, o técnico agrícola Romério Cartaxo e o engenheiro florestal Hidelgado Alecrim, da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (Caaasp) – entidade contratada pelo Incra/PB para prestar Assessoria Técnica, Social e Ambiental (Ates) a 31 assentamentos do Alto Sertão do estado –, acompanham a horta de Genival e Marlene. Para a equipe, os benefícios socioambientais da agricultura orgânica são grandes tanto para o agricultor quanto para os consumidores finais. Os profissionais orientaram os agricultores a utilizar a cobertura morta sobre o solo como forma de reter a umidade e melhorar a ciclagem dos nutrientes (a contínua transferência de nutrientes do solo para as plantas, e destas para o solo).

Segundo o engenheiro agrônomo Anderson Barbosa, produzir em sistemas orgânicos não se resume a eliminar os agrotóxicos nas culturas ou substituir os fertilizantes minerais por biofertilizantes. “É necessário conhecer toda a complexidade do agroecossistema, para assim manejar os recursos naturais presentes em sua totalidade, tanto o solo, como a água, as demais plantas, os grandes e os pequenos animais, inclusive os microrganismos”, disse.

Justiça libera uso de benzoato em Mato Grosso – Site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). 16/06/2014

Os produtores de Mato Grosso estão novamente autorizados a utilizar agrotóxicos que contenham benzoato de emamectina. A decisão do desembargador federal Jirair Aram Meguerian do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, ocorreu na última sexta-feira (13) após argumentação favorável à liberação do produto no país apresentada por fiscais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) a pedido do titular da pasta, Neri Geller.

No dia 28 de abril deste ano, a juíza federal Vanessa Perenha Gasques, a pedido do Ministério Público Federal, determinou que o Instituto de Defesa Agropecuária (Indea/MT) e o estado de Mato Grosso não poderiam expedir autorizações para a aplicação de agrotóxicos que contenham a substância benzoato de emamectina.

Entre os argumentos expostos pelo Mapa para derrubar a decisão, estava a fundamentação técnica da Embrapa. De acordo com a empresa, apesar de existirem outras moléculas capazes de controlar a proliferação e combater a lagarta *Helicoverpa armigera*, é importante a utilização do benzoato juntamente com outros produtos para evitar que ocorram casos de resistência ao uso de um só. Além disso, a autorização especial para uso da substância é condicionada ao manejo integrado de pragas, divulgado amplamente no país pela Caravana Embrapa.

Outro embasamento foi a decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, que alegou não haver razão para vedar a utilização do agrotóxico, uma vez que a concessão de autorização de uso pelo Ministério da Agricultura já representa a observância das restrições legais impostas para a salvaguarda do meio ambiente e da saúde humana.

“Dependendo do estágio de infestação da praga na lavoura, o benzoato é essencial. Há situações onde é preciso maior controle, quando o uso da substância mostra-se como a melhor alternativa. As ações do Mapa são para assegurar uma produção agrícola forte, mas preocupadas com a saúde pública e o meio ambiente”, explica o ministro Neri Geller.

O uso de benzoato é fundamentado na Lei nº 12.873/2013, que autoriza o Mapa a declarar estado de emergência fitossanitária na presença de risco de surto de praga quarentenária, como no caso da lagarta. Entre as ações permitidas, há a possibilidade temporária de uso e de importação de agrotóxicos, mesmo os não registrados segundo a Lei nº 7.802/1989, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos – por exemplo, o emprego autorizado em países com práticas regulatórias conhecidas.

O estado de Mato Grosso foi reconhecido em emergência fitossanitária em novembro de 2013, por meio da Portaria nº 1.130 do Mapa. Segundo Geller, todos os requisitos técnicos para a utilização da molécula não regulamentada no Brasil estão embasados, o que não justifica qualquer decisão contrária em relação ao benzoato.

Grupo Hospitalar Conceição abre chamada pública para compra de alimentos da agricultura familiar – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 17/06/2014

Objetivo é adquirir, por meio da modalidade Compra Institucional, do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), 61 produtos, com o valor estimado de R\$ 1,2 milhão

Brasília, 17 – O Grupo Hospitalar Conceição (GHC) abriu edital de chamada pública para compra de produtos da agricultura familiar, por meio da modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Pelo edital, serão adquiridos 61 produtos, entre frutas, hortifruti, ovos e temperos, com o valor estimado de R\$ 1,2 milhão. Os interessados podem enviar as propostas até as 10 horas da próxima terça-feira (24). O Grupo Hospitalar Conceição, formado por três hospitais com leitos 100% do Sistema Único de Saúde (SUS), atende a população de Porto Alegre, do entorno e dos municípios do interior do Rio Grande do Sul.

De acordo com a diretora do Departamento de Apoio à Aquisição e à Comercialização da Produção Familiar do MDS, Denise ReifKroeff, a chamada pública para a compra de alimentos da agricultura familiar aproxima ainda mais o hospital da comunidade, promove a geração de renda dos agricultores familiares e abastece os hospitais com produtos frescos. “Neste sentido, o GHC é um exemplo para outros órgãos federais utilizarem o seu poder de compra para promover o desenvolvimento local e contribuir com a segurança alimentar e nutricional da população”, afirmou.

Para saber mais sobre o edital, basta acessar o menu fornecedores no site www.ghc.com.br, preencher os dados solicitados e fazer o download do documento.

Simplificada – Criada em 2012, a modalidade Compra Institucional permite promover o abastecimento de entidades que estão sob a responsabilidade da União, estados, municípios e órgãos federais da administração direta e indireta (hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios de creches e escolas, entre outros) com recursos financeiros próprios, de forma mais simplificada.

Os produtos são adquiridos da agricultura familiar local, garantindo a qualidade. São produtos mais saudáveis e o recurso pago para abastecer as entidades com alimentos fica no próprio município ou estado, gerando renda para os agricultores familiares, que por sua vez irão gastar no comércio local, alimentando um círculo virtuoso. A medida também ampliou as perspectivas de ganhos anuais das famílias de agricultores.

Desertificação exige muita competência. Washington Novaes – O Estado de São Paulo, Opinião. 17/06/2014

No Dia Mundial de Combate à Desertificação (17 de junho), o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, advertiu: estamos perdendo no mundo 24 bilhões de toneladas anuais de solo por causa da erosão, ao mesmo tempo que 2 bilhões de hectares de terras se degradam - comprometendo os esforços para aumentar a produção de alimentos e o combate à fome, que atinge 842 milhões de pessoas. E isso também ao mesmo tempo que desperdiçamos 1,3 bilhão de toneladas anuais de alimentos, que seriam suficientes para 2 bilhões de pessoas (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, a FAO-ONU, 7/5) e cuja produção nas lavouras gera emissões de gases que afetam o clima, as quais são uma das principais causas da erosão e da desertificação.

Um dos países que mais deram ênfase aos programas de desertificação, nesta semana, foi a Índia, onde o problema é muito grave. Por aqui, a ONG The Nature Conservancy e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) puseram ênfase na necessidade de medir a "pegada hídrica" em cada atividade, cada lugar, para possibilitar programas de redução de perda ou consumo desnecessário de água. Um dos setores mais em foco foi o da pecuária, já que a produção de carne bovina, por exemplo, exige o uso médio de 15,5 mil litros de água por quilo produzido (Embrapa, 17/6). No ano passado esse setor exportou US\$ 6,6 bilhões - e aí seria preciso avançar com rigor no manejo hídrico, na redução de pastagens (ou aumento do confinamento), na irrigação noturna, na reutilização de água usada em lavagem de instalações para fertilização de pastagens, assim como a instalação de hidrômetros para avaliar o consumo em todos os lugares.

É possível acrescentar que o confinamento do gado e mudanças na alimentação permitiriam também reduzir a emissão de metano, um dos principais poluentes que causam mudanças de clima - segundo a Embrapa Meio Ambiente, cada boi emite por ano 58 quilos de metano em suas eructações e flatulências no processo de ruminância; e o metano é pelo menos 21 vezes mais poluente do que o dióxido de carbono).

No mesmo dia em que a ONU fazia suas advertências, no Brasil o Ministério do Meio Ambiente entregava certificados a projetos reconhecidos pelo programa Dryland Champions, da Convenção da ONU de Combate à Desertificação - que inclui atividades na área da seca no Semiárido. Poucas semanas antes, no Dia Nacional da Caatinga (28 de abril), lançara o Sistema de Gestão da Informação e do Conhecimento do Semiárido Brasileiro - uma das áreas mais problemáticas. Francisco Campello, que dirige essa área no ministério, lembra que é preciso frear o desmatamento, pois 30% da matriz energética do Nordeste exige a queima de lenha, assim como 40% das indústrias - sem falar em que boa parte da população do interior também precisa de lenha para cozinhar. É assim numa região que tem 22,6 milhões de habitantes, 42,5% do total do Nordeste, em 9 Estados e 1.135 municípios, que somam 980,1 mil quilômetros quadrados (ECO 21, maio de 2014).

É uma área também de pobreza extrema, com forte participação (50%) no programa Bolsa Família, que já inclui 13,8 milhões de famílias, das quais 2% ainda vivem em "extrema pobreza", 4% não chegam a completar o ensino fundamental, principalmente no Piauí e no Maranhão. E no País não têm acesso a água potável 5% da população, enquanto quase 40% não dispõem de ligação de suas casas com redes de coleta de esgotos (Ipea, 30/10/2013). De qualquer forma, o programa possibilitou reduzir de 8% para 4,7% a população em extrema pobreza no País.

Apesar dos avanços, a desigualdade de renda nacional, segundo o Ipea e o IBGE (Estado, 28/9/2013), quase nada se alterou em 2012, quando índice de Gini, que a avalia, caiu para 0,498 (era 0,501 em 2011 - quanto maior, mais grave). Talvez não evolua mais favoravelmente, com os índices econômicos em baixa. O economista da Unicamp Cláudio Dedecca (Estado, 3/11/2013) acha que as famílias desse programa não estão conseguindo romper as barreiras que dificultam a sua inserção produtiva, principalmente, por causa de dificuldades na educação. A seu ver, seria necessário dobrar o valor do benefício.

As dificuldades não são apenas por aqui. Segundo a FAO, a pobreza extrema cresceu na América Latina e no Caribe em 2013. E o problema principal esteve na insegurança alimentar: 68 milhões de pessoas são "indigentes" e 164 milhões, "muito pobres" (25/2). No Oriente Médio e no Norte da África, nada menos que 47,3 milhões de pessoas são indigentes ou muito pobres e 24% das crianças têm crescimento retardado. Seria preciso, diz a FAO, "empoderar as mulheres", principalmente nas áreas agrícolas, propiciar-lhes acesso à água, aos insumos agrícolas, ao crédito, a tecnologias.

Não seria muito diferente por aqui, onde a agricultura familiar responde por 70% dos alimentos consumidos no País - mas tem dificuldades para conseguir crédito (farto para a exportação) e outras facilidades. Poderão aumentar os problemas este ano, com a possibilidade (FAO, 17/6) de o fenômeno climático El Niño afetar a produção agrícola, especialmente no Nordeste.

Então, não nos podemos descuidar, inclusive com a necessidade de aumentar a produção de alimentos para consumo interno, já que temos cerca de 50 milhões de pessoas (incluídas as do Bolsa Família) em situação de pobreza. E, nesse caso, não é possível tolerar o desmatamento, o desperdício de água (também com pivôs centrais que chegam a perder 50% da água que vertem). Tampouco é possível seguir com a situação esdrúxula de perda média de 40% da água que corre pelas redes urbanas. Ou com a poluição em todas as bacias hidrográficas causada pelo despejo sem tratamento de esgotos.

As advertências são claras e não partem de "ambientalistas" radicais: vêm da ONU, da FAO, do Programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). É difícil mudar as lógicas financeiras, do emprego, do próprio modo de viver. Mas não há alternativa.

Um quarto das terras da Índia está se transformando em deserto, diz ministro. Krishna N. Das e ShyamanthaAsokan – O Estado de São Paulo, Economia. 18/06/2014

Cerca de um quarto das terras da Índia está se transformando em deserto e a degradação de áreas agrícolas é um problema grave, segundo o ministro do Meio Ambiente, PrakashJavadekar. O cenário pode ameaçar a segurança alimentar no segundo país mais populoso do mundo.

A Índia ocupa apenas 2 por cento do território do mundo, mas abriga 17 por cento da população, o que leva ao uso excessivo de terras e pastagens. Esse quadro e a mudança de padrões de chuva são as principais causas da desertificação.

"A terra está se tornando estéril, a degradação está acontecendo", disse Javadekar. "Muitas áreas estão prestes a se tornarem desertos, mas isso pode ser impedido."

A terra em degradação - em grande parte definida pela queda de produtividade - é estimada em 105 milhões de hectares, constituindo 32 por cento do total de terras do país.

De acordo com a Organização de Pesquisa Espacial da Índia, que preparou um relatório sobre a desertificação em 2007, cerca de 69 por cento das terras no país estão secas, tornando-as vulneráveis à erosão hídrica, eólica e salinização.

Os Estados de Rajasthan, Gujarat, Punjab, Haryana, Karnataka e AndhraPradesh estão entre os mais áridos e estão entre os Estados produtores de algodão e colza da Índia.

PAA: MDS propõe metas e limites para sete estados – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2014

Aporte será de R\$ 67,9 milhões, beneficiando 15,6 mil fornecedores e 5,3 mil entidades

Brasília, 24 – Os estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Roraima já podem pactuar limites financeiros e metas com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a implementação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), na modalidade de Compra com Doação Simultânea, no exercício de 2014. A portaria que estabelece a medida foi publicada na última quarta-feira (18).

As metas de execução preveem a participação de 15,6 mil fornecedores e 5,3 mil entidades abastecidas, totalizando um aporte de R\$ 67,9 milhões do ministério. Os sete estados têm o prazo de 60 dias para confirmar o interesse em executar a modalidade, por meio da aceitação das metas apresentadas e do preenchimento das informações para a elaboração do plano operacional no Sistema do Programa de Aquisição de Alimentos (SISPAA).

Segundo o coordenador geral de Articulação Federativa para o Abastecimento Alimentar da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan) do MDS, Luiz Fernando Guimarães Brutto, após essa confirmação pelos estados, o próximo passo é a elaboração da proposta de participação para a execução do PAA na modalidade, na qual devem ser indicados os beneficiários fornecedores, as entidades abastecidas e os produtos a serem adquiridos.

“O início da aquisição dos alimentos passa a valer após a proposta ser analisada e aprovada pelo ministério. Uma novidade desta portaria é a participação do Rio de Janeiro, que pela primeira vez vai operar o PAA”, acrescenta.

A modalidade de Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados às entidades da rede socioassistencial e aos equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional (restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos).

Tereza Campello: fome no Brasil é um fenômeno isolado – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 24/06/2014

Ministra destacou resultados das políticas brasileiras de combate à pobreza, durante conversa com jornalistas no Centro Aberto de Mídia, no Rio de Janeiro

Brasília, 24 – "Em um único ano, o Brasil reduziu a pobreza em 21% e conseguiu reduzir em 16% a extrema pobreza. A fome não é mais um fenômeno estendido e sim isolado. Esses dados mostram uma revolução que está acontecendo no Brasil a partir do

Bolsa Família", disse a ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, citando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad/2012).

A informação foi dada durante entrevista para 20 jornalistas estrangeiros e brasileiros que estavam no Centro Aberto de Mídia, no Rio de Janeiro, na segunda-feira (23), para a cobertura da Copa do Mundo FIFA 2014. Ela respondeu perguntas de profissionais interessados em conhecer as políticas brasileiras de combate à pobreza.

Segundo Campello, os resultados obtidos até agora permitem derrubar alguns mitos com relação ao Programa Bolsa Família. O primeiro mito é o de que as mulheres teriam mais filhos para receber mais recursos do programa. Isso não ocorreu: a taxa de fecundidade caiu nesse período, principalmente entre os beneficiários do programa. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de fecundidade no Brasil caiu de 2,4 filhos por mulher no ano 2000 para 1,77 em 2013.

O segundo mito era o de que as pessoas gastariam mal o dinheiro do benefício, mas as pesquisas demonstram que o recurso é gasto prioritariamente com itens como alimentação, roupas, calçados e medicamentos.

O terceiro mito era de que os beneficiários deixariam de trabalhar para viver somente do Bolsa. "Os dados mostram que 70% dos adultos do programa trabalham e já são 1,2 milhão de matrículas feitas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), que permitirá a inclusão profissional dos beneficiários no mercado de trabalho", destacou.

De acordo com a ministra, entre 2002 e 2012, diminuiu em quase 40% a defasagem na relação idade/ano escolar entre os 20% mais pobres, considerando os jovens de 15 anos, e o resto dos estudantes (na mesma faixa etária).

Campello informou ainda que a mortalidade infantil por desnutrição caiu 58% desde 2002. Isso permitiu ao Brasil alcançar já em 2011 a Meta do Milênio para este item, fixada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o ano de 2015. No entanto, ela lembra que há 300 mil famílias fora do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e, portanto, sem acesso aos serviços públicos.

Durante a coletiva, ela também reforçou que um dos grandes desafios do Brasil será o de promover alimentação saudável e sustentável a partir da promoção da agricultura familiar e orgânica.

A titular do MDS comentou com os jornalistas que, a pedido do governo brasileiro, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) doou ingressos aos beneficiários dos programas sociais. No total, foram sorteados 48 mil ingressos doados para que os alunos de 901 escolas públicas do Programa Mais Educação das 12 cidades-sede tenham a oportunidade de assistir a algum dos 64 jogos da competição.

**Desertificação do planeta se expande ao ritmo de 12 milhões de hectares por ano.
Kanya D'Almeida – Site do MST. 24/06/2014**

Da IPS/Envolverde

Imaginemos uma extensão de território árido, que se estende por quilômetros, sem um rastro de vegetação, nem um só galho que proporcione uma mancha de sombra ou um fio de água que umedeça a terra ressecada. Agora, imaginemos que este deserto se expande ao ritmo de 12 milhões de hectares por ano. Por quê? Porque já está ocorrendo.

Os estudos demonstram que a cada ano 24 bilhões de toneladas de terra fértil sofrem erosão, e que dois bilhões de hectares de terras já estão muito degradados em consequência da desertificação. O território árido da África subsaariana aumentará 15% na próxima década. Em todo o mundo, 1,5 bilhão de pessoas estão a poucos passos de caírem na aridez, com suas terras e meios de vida ameaçados pela seca crônica.

Nesse contexto, altos funcionários da Organização das Nações Unidas (ONU) celebraram, no dia 17, o Dia Mundial de Luta Contra a Desertificação com o tema “A terra pertence ao futuro, vamos protegê-la da mudança climática”. “Com o crescimento da população mundial, temos urgência em trabalhar para construir a capacidade de recuperação de todos os recursos de terras produtivas e das comunidades que dependem deles”, afirmou, no mesmo dia, o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, em mensagem enviada de Bonn, na Alemanha.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) prevê aumento de 50% na demanda por alimentos até 2050, embora os cientistas alertem que o rendimento de cultivos como trigo, arroz e milho poderá cair 20% na próxima década devido às temperaturas mais elevadas. A escassez de produtos de primeira necessidade poderia levar à absorção de mais terras pela agricultura industrializada, um dos motores do aquecimento global já que responde por 15% a 30% das emissões de carbono e metano em todo o mundo, o que, por sua vez, provoca a desertificação.

Aproximadamente 35% da superfície terrestre é composta por terras áridas, incluídas as savanas, os matagais e as florestas secas, que em conjunto capturam 36% do carbono e sustentam 50% do gado no planeta. Essas terras secas naturais proporcionam excelente exemplo de regeneração dos solos degradados e inspiraram uma solução para a desertificação baseada no ecossistema, cujo objetivo é reforçar os sistemas naturais para amortizar os piores impactos da mudança climática.

“Um bom exemplo da adaptação baseada no ecossistema pode ser visto no Níger, onde a regeneração natural administrada pelos agricultores recuperou cinco milhões de hectares de terra”, disse à IPS Louise Baker, assessora da Convenção das Nações Unidas para a Luta Contra a Desertificação (CNULD). “Pequenas mudanças nas técnicas do uso da terra – como construção de terraços ou instalação de tanques para coleta de água – podem ser um grande diferença. Depois disso cabe aos governos e latifundiários atar as pontas e gerar um leque de usos da terra, que juntos sejam um pacote resistente”, acrescentou.

Em cerimônia realizada na sede do Banco Mundial, em Washington, no dia 17, a CNULD entregou seu prestigiado prêmio Terra para a Vida a duas organizações, do Afeganistão e da Mongólia, que lutam contra a desertificação mediante a adaptação do ecossistema.

Em Bamyán, a árida província central do Afeganistão, a Organização para a Conservação das Zonas Montanhosas Afegãs recuperou 50% das vulneráveis pastagens

do lugar com a plantação de árvores, soluções de tecnologia ecológica em mais de 300 povoados e sistemas de irrigação por gravidade. Na Mongólia, os mais de 25 mil voluntários da Rede da Ásia Verde plantaram árvores para paliar a desertificação que afeta 78% do território nacional. Refugiados climáticos que haviam abandonado a região regressaram a um lugar que mal reconhecem com sua nova vegetação.

Mas grupos ativistas afirmam que o próprio Banco Mundial tem parte da culpa pelos problemas da mudança climática, pela insegurança alimentar e pela desertificação, já que promove a agricultura em grande escala e as monoculturas no Sul em desenvolvimento.

A campanha Nossa Terra, Nosso Negócio, lançada pelo Instituto Oakland, dos Estados Unidos, dedicado à pesquisa, e organizações não governamentais e camponesas de todo o mundo, busca “responsabilizar o Banco Mundial por seu papel no roubo desenfreado de terras e recursos de agricultores, pastores e comunidades indígenas, que atualmente alimentam 80% dos países em desenvolvimento”, segundo comunicado que divulgaram no dia 31 de março.

A campanha culpa os índices Doing Business do Banco Mundial – que classificam os países segundo as facilidades que dão às empresas privadas, na opinião dos funcionários de Washington – por obrigarem os governos de países do Sul em desenvolvimento a flexibilizarem suas normas ambientais, violar as leis trabalhistas e desregular suas economias com a esperança de atrair o investimento estrangeiro.

O investimento mundial no Sul se dirige “principalmente à agricultura e à extração de recursos naturais”, destacou o diretor de políticas do Instituto Oakland, Frederic Mousseau. “Graças às reformas e políticas recomendadas pelo Banco Mundial, Serra Leoa retirou 20% de suas terras cultiváveis da população rural e as arrendou para produtores estrangeiros de cana-de-açúcar e óleo de palma”, acrescentou.

“Na Libéria, grandes empresas de óleo de palma da Grã-Bretanha, Malásia e Indonésia têm contratos de arrendamento de longo prazo em mais de 1,5 milhão de hectares de terras que antes pertenciam às comunidades locais”, segundo o Banco Mundial. “Essas políticas são exatamente o contrário do que precisamos para combater a desertificação, que só pode ser obtido com a diversificação da agricultura, o reflorestamento, os cultivos intercalados e outras técnicas praticadas por pequenos agricultores”, pontuou Mousseau à IPS.

“Em Mali, por exemplo, os camponeses que vivem em torno do rio Níger buscam apoio oficial para a prática da agricultura tradicional. Por outro lado, o governo entregou 500 mil hectares de terras mais férteis a 22 investidores estrangeiros e nacionais para a produção de agrocombustíveis e monoculturas”, contou Mousseau. “Trata-se de um país onde o Banco Mundial é muito ativo com a aplicação de políticas que beneficiam os investidores estrangeiros enquanto consomem os seus recursos”, ressaltou.

Investimento versus inovação

O Banco Mundial reclama maior investimento e financiamento para enfrentar a mudança climática e se preparar para as crises futuras, mas Baker, acredita que se pode

obter mais resultados com o reordenamento dos fundos existentes e das técnicas de gestão da terra.

“A terra em si poderia contribuir para capturar até três bilhões de toneladas de carbono por ano, o que representa um terço da capacidade potencial de mitigação que se pode conseguir apenas mudando a forma de geri-la”, garantiu à IPS.

“Há aproximadamente dois bilhões de hectares de terra degradada em todo o mundo com capacidade de recuperação, e cerca de 480 milhões de hectares de terras agrícolas abandonadas que podem voltar a produzir, sem necessitar de investimento adicional, só com um reajuste de prioridades”, apontou Baker.

“Por exemplo, o investimento no uso de fertilizantes pode ser importante, mas, se em seu lugar investirmos em incentivos para melhorar a gestão sustentável da terra, poderemos conseguir que esta capture o carbono e ajudar as populações a serem mais resistentes à mudança climática e não dependerem da produção com fertilizantes”, concluiu.

Hortifrúteis rejeitados ganham mercado. Raphael Minder – Folha de São Paulo, Comida. 24/06/2014

Isabel Soares selecionou frutas e verduras com cuidado. Ficou com um maço de espinafre cujas folhas tinham amarelado, depois com tomates de casca danificada pelo sol e picadas de insetos. Finalmente, decidiu ficar com abobrinhas muito grandes e deformadas. Para ela, todos os produtos estavam perfeitos.

Numa época de dificuldades econômicas para muitos na União Europeia, onde o afã regulatório se estende até aos formatos, tamanhos e cores dos alimentos consumidos por seus cidadãos, Soares apostou em um mercado para frutas e legumes que burocratas governamentais, supermercados e outros varejistas consideram feios demais para ser vendidos a seus consumidores.

Há mais ou menos sete meses, Soares e alguns voluntários fundaram a cooperativa Fruta Feia.

A organização foi bem recebida pelos consumidores em dificuldades, aplaudida por setores indignados com o crescente desperdício de alimentos na Europa e representou um tapa na cara dos criadores das regras da União Europeia. Discretamente, subverteu as ideias de praxe sobre o que é belo -ou pelo menos comestível.

"As normas da UE se baseiam na ideia equivocada de que qualidade é aparência", disse Soares, 31, que antes trabalhava em Barcelona como consultora de energia renovável.

A Europa desperdiça 89 milhões de toneladas de alimentos por ano, segundo um estudo dos governos holandês e sueco, que conclamaram a UE a "reduzir o desperdício de alimentos causado pelo sistema de rotulagem".

Isabel Soares estima que um terço dos hortifrúteis cultivados em Portugal é desperdiçado devido aos padrões definidos pelos supermercados e seus consumidores. Ela diz que o desperdício é também um exemplo marcante de intervenção regulatória equivocada por parte da União Europeia.

As regras alimentares da Europa fizeram crescer o sentimento anti-UE, especialmente no Reino Unido, onde os tabloides ridicularizam os burocratas de Bruxelas por supostamente tentarem proibir "bananas tortas" ou "pepinos curvos".

Seis anos atrás, a Comissão Europeia decidiu reduzir sua lista de regras para hortifrútiis de 36 para dez. No caso de produtos como os tomates, que continuam na lista, a legislação europeia define exigências mínimas, como a de que os tomates cheguem "limpos, praticamente livres de matéria estranha visível" e com "aparência fresca".

A seguir, a lei os enquadra em três classes, das quais a mais baixa permite alguns defeitos. Mas os supermercados geralmente optam por uma categoria que permite apenas "um defeito pequeno no desenvolvimento e forma" dos tomates.

Isabel Soares disse que pode vender seus hortifrútiis sem infringir a legislação da UE porque as regras europeias se aplicam apenas a produtos rotulados ou embalados, o que não é o caso dos que vão parar em suas caixas.

A cooperativa Fruta Feia tem uma lista de espera de mil consumidores e, desde sua criação, já vendeu 21 toneladas de alimentos em dois centros de distribuição em Lisboa. A associação tem 420 fregueses registrados. Eles pagam uma taxa de US\$ 6,81 para se filiarem, mais o custo de sua caixa semanal de hortifrútiis: US\$ 4,77 por mais de três quilos de frutas e verduras.

Soares contou que, num primeiro momento, foi difícil persuadir agricultores a lhe venderem seus hortifrútiis indesejados. "Acho que alguns desconfiavam que eu fosse uma fiscal sanitária disfarçada."

Agora, porém, ela recebe um abraço de Paulo Dias, pequeno produtor familiar de Cambaia, a 72 quilômetros de Lisboa, e fornecedor da Sonae, uma das maiores redes de supermercados de Portugal. Seu sítio tem 7,5 hectares.

De sua produção anual de 900 quilos de tomates, Dias disse que um quarto não atende aos padrões de qualidade da Sonae e seria jogado fora.

A Fruta Feia compra os tomates indesejados por metade do preço pelo qual os produtores o venderiam aos supermercados. Dias comentou: "Me sinto bem por saber que meus tomates não são desperdiçados e que pessoas com pouco dinheiro têm a oportunidade de comer um produto tão bom quanto o que comeriam se pudessem pagar os preços do supermercado."

O agricultor José Manuel Santos, da cidade de Mafra, estima que metade de sua safra de espinafre deste ano seria jogada fora porque as variações climáticas repentinas fizeram as folhas amarelarem.

"O mercado decidiu que espinafre tem que ser verde, então estou tendo que jogar fora espinafre da mesma qualidade", disse.

Num tempo de austeridade, quando o desemprego em Portugal chega a 15%, os preços baixos atraem consumidores à Fruta Feia, mas a maioria disse também que quer apoiar a agricultura local e reduzir o desperdício.

Quando os últimos fregueses estavam indo embora, Soares olhou para ver se ainda havia frutas nas caixas onde voluntários colocam alimentos que sobram, que os fregueses são incentivados a levar de graça. "Aqui, nada se desperdiça."

Estudo americano aponta relação entre autismo e agrotóxicos – Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 25/06/2014

Uma mulher grávida que vive perto de uma fazenda onde são utilizados pesticidas tem 66% mais chances de ter uma criança autista, revelam pesquisadores da Universidade da Califórnia Davis em um estudo publicado na última segunda-feira.

(AFP)

Esta pesquisa publicada na revista *Environmental Health Perspectives* analisa a associação entre viver perto de um lugar onde são usados pesticidas e os nascimentos de crianças autistas, apesar de não deduzir uma relação de causa e efeito.

O autismo é um transtorno de desenvolvimento que atinge uma em cada 68 crianças nos Estados Unidos. Um número crescente em relação a 2000, quando a desordem afetava uma em cada 150 crianças americanas.

Os pesquisadores compararam dados sobre a utilização de pesticidas na Califórnia na residência de 1.000 pessoas que participaram de um estudo de famílias com crianças autistas.

“Observamos onde viviam os participantes do estudo durante a gravidez e no momento do nascimento”, explicou um dos autores do estudo, Irva Hertz-Picciotto, vice-presidente do departamento de Ciências e Saúde Pública da Universidade Davis da Califórnia.

“Constatamos que foram utilizados vários tipos de pesticidas, em sua maioria perto das casas onde as crianças desenvolveram autismo ou distúrbios cognitivos.”

Cerca de um terço dos participantes do estudo vivia a entre 1,25 e 1,75 quilômetros de onde foram usados pesticidas.

Os pesquisadores também descobriram que os riscos foram maiores quando o contato com o pesticida se deu entre o segundo e o terceiro mês de gravidez.

O desenvolvimento do cérebro do feto poderia ser particularmente sensível a pesticidas, de acordo com os autores do estudo.

Monsanto, a sementedodiabo. Esther Vivas – Site da Agência Carta Maior, Meio Ambiente. 25/06/2014

A Monsanto não poupa recursos para acabar com as sementes camponesas: trata-se de monopolizar a essência dos alimentos.

A Monsanto é uma das maiores empresas do mundo e a número um em sementes transgênicas, 90% das culturas modificadas geneticamente no mundo contam com os seus traços biotecnológicos. Um poder total e absoluto. Além disso, a Monsanto está à

frente da comercialização de sementes, e controla 26% do mercado. Atrás, vem a DuPont-Pioneer, com 18%, e a Syngenta, com 9%. Só estas três empresas dominam mais de metade, 53%, das sementes que se compram e vendem à escala mundial. As dez maiores, controlam 75% do mercado, segundo dados do Grupo ETC. O que lhes dá um poder enorme na hora de impor o que se cultiva e, em consequência, o que se come. Uma concentração empresarial que só fez aumentar nos últimos anos e que corrói a segurança alimentar.

A ganância destas empresas não tem limites e o seu objetivo é acabar com variedades de sementes locais e antigas, ainda hoje com um peso muito significativo especialmente nas comunidades rurais dos países do Sul. Sementes autóctones que representam uma concorrência para as híbridas e transgênicas das multinacionais, que privatizam a vida, impedem os camponeses de obter as suas próprias sementes, convertem-nos em escravos das empresas privadas, além do seu impacto negativo no meio ambiente, com a contaminação de outras culturas, e na saúde das pessoas.

A Monsanto não poupou recursos para acabar com as sementes camponesas: processos judiciais contra agricultores que tentam conservá-las, monopólio de patentes, desenvolvimento da tecnologia de esterilização genética de sementes etc. Trata-se de controlar a essência dos alimentos, e aumentar assim a sua cota de negócio.

A introdução nos países do Sul, em particular naqueles com vastas comunidades camponesas capazes ainda de se proverem com sementes próprias, é uma prioridade para estas empresas. Deste modo, as multinacionais das sementes intensificaram as aquisições e alianças com empresas do setor principalmente na África e na Índia, apostaram em culturas destinadas aos mercados do Sul Global e promoveram políticas para desencorajar a reserva de sementes.

A Monsanto, como reconhece a sua principal rival DuPont-Pioneer, é o “guardião único” do mercado de sementes, controlando, por exemplo, 98% da comercialização da soja transgênica tolerante a herbicidas e 79% do milho, como assinala o relatório “Quem controla as matérias-primas agrícolas?” O que lhe dá poder suficiente para determinar o preço das sementes, independentemente dos seus concorrentes.

Das sementes aos pesticidas

No entanto, para a Monsanto não é suficiente controlar as sementes. Para fechar o círculo, procura dominar aquilo que se aplica nas suas culturas: os pesticidas. A Monsanto é a quinta empresa agroquímica mundial e controla 7% do mercado de inseticidas, herbicidas, fungicidas, etc., atrás de outras empresas, líderes ao mesmo tempo no mercado das sementes, como a Syngenta que domina 23% do negócio dos pesticidas, a Bayer 17%, a BASF 12% e a Dow Agrosiences quase 10%.

Cinco empresas controlam, assim, 69% dos pesticidas químicos sintéticos que se aplicam nos cultivos em escala mundial. Os que vendem as sementes híbridas e transgênicas aos agricultores são os mesmos que lhes fornecem os pesticidas a aplicar. Negócio garantido.

O impacto no meio ambiente e na saúde das pessoas é dramático. Apesar das empresas do setor assinalarem o caráter “amistoso” destes produtos com a natureza, a realidade é

exatamente o contrário. Hoje, depois de anos de fornecimento do herbicida RoundupReady da Monsanto, à base de glifosato, que já em 1976 foi o herbicida mais vendido do mundo, várias são as ervas que desenvolveram resistências. Só nos Estados Unidos, calcula-se que apareceram cerca de 130 ervas daninhas resistentes a herbicidas em 4,45 milhões de hectares de culturas, segundo dados do Grupo ETC. O que levou a um aumento do uso de pesticidas, com aplicações mais frequentes e doses mais elevadas, para combatê-las, com a conseqüente contaminação do meio ambiente.

As denúncias de camponeses e comunidades afetadas pelo uso sistêmico de pesticidas químicos sintéticos é uma constante. Na França, o mal de Parkinson é considerado uma doença laboral agrícola causada pelo uso de pesticidas, depois do agricultor Paul François ter ganho a batalha judicial contra a Monsanto, no Tribunal de Lyon em 2012, e ter conseguido demonstrar que o herbicida Lasso era responsável por tê-lo intoxicado e deixado inválido. Uma sentença histórica, que permitiu criar jurisprudência.

O caso das Mães de Ituzaingó, um subúrbio da cidade argentina de Córdoba, rodeado de campos de soja, em luta contra a pulverização é outro exemplo. Depois de dez anos de denúncias, e após ver como o número de doentes de cancro e crianças com malformações no bairro não parava de aumentar, de cinco mil habitantes duzentos tinham cancro, conseguiram demonstrar o vínculo entre essas doenças e os pesticidas aplicados nas plantações de soja locais (endosulfan da DuPont e glifosato do RoundupReady da Monsanto). A Justiça proibiu, graças à sua mobilização, a pulverização com pesticidas próximo de zonas urbanas. Estes são apenas dois casos dos muitos que podemos encontrar em todo o planeta.

Agora, os países do Sul são o novo objetivo das empresas agroquímicas. Enquanto as vendas globais de pesticidas caíram nos anos 2009 e 2010, o seu uso nos países da periferia aumentou. Em Bangladesh, por exemplo, a aplicação de pesticidas cresceu 328% na década de 2000, com o conseqüente impacto na saúde dos camponeses. Entre 2004 e 2009, a África e o Oriente Médio tiveram o maior consumo de pesticidas. E na América Central e do Sul espera-se um aumento do consumo nos próximos anos. Na China, a produção de agroquímicos atingiu em 2009 dois milhões de toneladas, mais do dobro do que em 2005, segundo assinala o relatório “Quem controlará a economia verde?”

Uma história de terror

Mas de onde surge esta empresa? A Monsanto foi fundada em 1901 pelo químico John Francis Queeny, proveniente da indústria farmacêutica. A sua história é a história da sacarina e do aspartame, do bifenilpoliclorado, do agente laranja, dos transgênicos. Todos fabricados, ao longo dos anos, por esta empresa. Uma história de terror.

A Monsanto constituiu-se como uma empresa química e, na sua origem, o seu produto principal era a sacarina, que distribuía para a indústria alimentar e, em particular, para a Coca-Cola, de que foi uma das principais fornecedoras. Com os anos, expandiu o seu negócio à química industrial, convertendo-se, na década de 20, num dos maiores fabricantes de ácido sulfúrico. Em 1935, absorveu a empresa que comercializava o bifenilpoliclorado, utilizado nos transformadores da indústria elétrica. Nos anos 40, a

Monsanto centrou a sua produção nos plásticos e nas fibras sintéticas, e, em 1944, começou a produzir químicos agrícolas como o pesticida DDT.

Nos anos 60, juntamente com outras empresas do setor como a Dow Chemical, foi contratada pelo governo dos Estados Unidos para produzir o herbicida agente laranja, que foi utilizado na guerra do Vietnã. Neste período, fundiu-se, também, com a empresa Searla, que criou o adoçante não-calórico aspartamo. A Monsanto foi produtora, também, da hormona sintética de crescimento bovino somatotropina bovina. Nas décadas de 80 e 90, a Monsanto apostou na indústria agroquímica e transgênica, acabando por se tornar na número um indiscutível das sementes modificadas geneticamente.

Atualmente, muitos dos produtos made by Monsanto foram proibidos, como o agente laranja ou o DDT, acusados de provocar graves danos à saúde humana e ao meio ambiente. Só o agente laranja foi responsável na guerra do Vietnã de dezenas de milhares de mortos e mutilados, bem como de bebês nascidos com malformações. A somatotropina bovina também está vetada no Canadá, na União Europeia, Japão, Austrália e Nova Zelândia, apesar de ser permitida nos Estados Unidos. O mesmo ocorre com o cultivo de transgênicos, onipresente na América do Norte, mas proibido na maioria dos países europeus, com exceção, por exemplo, da Espanha.

A Monsanto, além disso, move-se como peixe na água nos corredores do poder. A Wikileaks tornou isso bem claro quando divulgou mais de 900 mensagens que mostravam como a administração dos Estados Unidos gastou consideráveis recursos públicos para promover a Monsanto e os transgênicos em muitíssimos países, através das suas embaixadas, do seu Departamento de Agricultura e da sua agência de desenvolvimento USAID. A estratégia consistia e consiste em conferências “ técnicas” desinformando jornalistas, funcionários e formadores de opinião, pressões bilaterais para a adoção de legislações favoráveis e para abrir o mercado às empresas do setor, etc.

Resistências

Perante tanto despropósito, muitos não calam e se levantam em protesto. As resistências contra a Monsanto são milhares em todo o mundo. O dia 25 de maio foi declarado dia de jornada de ação global contra essa empresa e centenas de manifestações e ações de protesto foram realizadas nesse dia em todo o mundo.

Em 2013, realizou-se a primeira convocação, milhares de pessoas saíram às ruas em várias cidades de 52 países diferentes, desde a Hungria até o Chile passando por Holanda, Espanha, Bélgica, França, África do Sul, Estados Unidos, entre outros, para mostrar a profunda rejeição às políticas da multinacional. No último dia 25, a segunda convocatória, teve ações em 49 países.

A América Latina é, neste momento, uma das principais frentes de luta contra a empresa. No Chile, a mobilização conseguiu, em março de 2014, a retirada da chamada Lei Monsanto que pretendia facilitar a privatização das sementes locais e deixá-las nas mãos da indústria. Outra grande vitória foi na Colômbia, um ano antes, quando a massiva paralisação agrícola, em agosto de 2013, conseguiu a suspensão da Resolução 970, que obrigava os camponeses a usar exclusivamente sementes privadas, compradas

das empresas do agronegócio, e os impedia de guardarem as suas próprias sementes. Na Argentina, os movimentos sociais estão, também, em pé de guerra contra outra Lei Monsanto, que está para ser aprovada no país e pretende subordinar a política nacional de sementes às exigências das empresas transnacionais. Mais de cem mil argentinos já assinaram contra essa lei no quadro da campanha “Não à Privatização das Sementes”.

Na Europa, a Monsanto quer agora aproveitar a brecha aberta pelas negociações do Tratado de Livre Comércio União Europeia - Estados Unidos (TTIP) para pressionar em função dos seus interesses particulares e poder legislar por cima da vontade dos países membros, muitos deles contrários à indústria transgênica. As resistências na Europa contra o TTIP, esperamos, não demorarão.

A Monsanto é a semente do diabo, sem dúvida.

Esther Vivas é pesquisadora de movimentos sociais e políticas agrícolas e alimentares. Licenciada em jornalismo e mestre em sociologia, milita na IzquierdaAnticapilista espanhola, tendência interna do Podemos.

Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil é tema de encontro promovido pela FAO – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/06/2014

Discussão vai contribuir para a produção de um relatório sobre a experiência brasileira na conquista de uma alimentação adequada para a população

Brasília, 25 – Representantes do governo federal, de organismos das Nações Unidas, da sociedade civil e pesquisadores se reuniram em Brasília, nesta quarta-feira (25), para discutir o estado da segurança alimentar e nutricional no Brasil. O evento, promovido pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), teve o objetivo de contribuir para a produção de um relatório que apresente a experiência brasileira na conquista de uma alimentação adequada para a população, a partir de diversos indicadores. O documento está previsto para ser publicado em agosto deste ano e deve apontar também os avanços e desafios a serem enfrentados.

De acordo com o secretário de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Arnaldo de Campos, o governo federal está trabalhando para colocar o país em um novo patamar de acesso à informação sobre segurança alimentar e nutricional. Relatórios como estes, destacou ele, dão mais capacidade de gestão, diagnóstico e ação. “Ele [documento] vai nos ajudar na compreensão da realidade e a entender os novos fenômenos. Temos uma matriz de R\$ 77 bilhões em ações de segurança alimentar, com diversos programas em diversos ministérios, e esse trabalho vai nos permitir ter ajustes nas políticas públicas”, afirmou.

Arnaldo de Campos reforçou que o documento poderá mostrar que o país passa por processo de transformação profundo, porque está deixando de ser marcado internacionalmente pela pobreza e está alcançando a primeira geração livre da fome, do analfabetismo e da miséria.

O coordenador residente do sistema das Nações Unidas no Brasil, Jorge Chediek, reconheceu o empenho brasileiro na conquista da segurança alimentar da população. “É

uma das necessidades mais básicas para as pessoas. É um elemento essencial para se construir um mundo melhor e o Brasil tem feito um esforço extraordinário. O país é um exemplo em nível mundial”, disse.

Alan Bojanic, representante da FAO no Brasil, exaltou o combate à desnutrição. “O mundo inteiro está olhando para os avanços que o Brasil tem conquistado em relação ao combate à fome, a erradicação da subnutrição, principalmente infantil”, complementou.

Para o secretário de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Paulo Jannuzzi, as cooperações Sul-Sul nesta área serão beneficiadas por relatórios como este que representam uma radiografia das situações enfrentadas, com bases técnicas mais consistentes e sustentáveis. “Precisamos cada vez mais registrar em documentos desta natureza o esforço que nossos países estão fazendo”, apontou.

Estudos apontam que agrotóxicos colocam em risco produção de alimentos. Fabiano Ávila – Site do MST. 30/06/2014

Do Instituto Carbono Brasil

O impacto dos pesticidas sobre os ecossistemas já é estudado há muito tempo, e não são raros os trabalhos científicos que alertam que alguns tipos de químicos são prejudiciais para a saúde humana e animal. Porém, nunca antes um grupo de pesquisadores transmitiu tão forte a mensagem de que o uso de pesticidas está colocando em risco a produção agrícola ao acabar com espécies essenciais para a produção de alimentos.

“A evidência é clara. Estamos testemunhando uma ameaça à produtividade de nossa agricultura e ao meio ambiente equivalente à que foi provocada pelos organofosfatos - DDT. Muito longe de proteger a produção de alimentos, o uso de neocotinoídeos e do fipronil está ameaçando a própria estrutura que mantém a agricultura, matando polinizadores e outras espécies essenciais”, afirmou Jean-Marc Bonmatin, do Centro Nacional para Pesquisas Científicas da França, um dos autores da análise.

Bonmatin e outros 28 pesquisadores de diversas partes do mundo avaliaram mais de 800 estudos publicados nas últimas duas décadas para buscar entender qual é a visão da comunidade científica sobre o uso de alguns dos pesticidas mais populares mundialmente.

O que observaram é que existem poucas dúvidas de que os neocotinoídeos e o fipronil são prejudiciais para uma vasta quantidade de espécies, entre elas abelhas, borboletas, alguns tipos de minhocas e pássaros.

Entre os problemas que esses pesticidas causam nos animais estão: perda do olfato e de memória; redução da fecundidade; alteração no padrão alimentar e no senso de direção. Nas abelhas, ainda provocam dificuldades de voo e aumentam a vulnerabilidade a doenças.

“Quando os primeiros estudos apareceram sobre o tema, houve uma forte reação da indústria química e dos próprios agricultores. Assim, o assunto ficou esquecido por muito tempo. Hoje estamos vendo uma situação semelhante aos anos 1950, quando

utilizávamos químicos na agricultura que eram terrivelmente nocivos”, reforçou Dave Goulson, da Universidade de Sussex.

A estimativa mais recente aponta que os agricultores gastam anualmente mais de US\$ 2,6 bilhões em neocotinoides.

Para piorar, segundo os pesquisadores, as doses utilizadas desses pesticidas e a sua potência têm sido aumentadas com o passar dos anos, já que as pestes ficam cada vez mais resistentes.

“É semelhante ao que vemos quando um ser humano abusa dos antibióticos para evitar ficar doente: quanto mais se usa, mais resistentes as bactérias ficam. É uma loucura o que estamos fazendo, utilizando esses pesticidas como profiláticos”, disse Goulson.

A análise, intitulada WorldwideIntegratedAssessmentonSystemicPesticides - algo como Análise Global Integrada sobre Pesticidas Sistêmicos, será publicada nos próximos dias no periódico Environmental Science andPollutionResearch.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa